

AJ 23322

Uma clara definição

A reafirmação feita pelo governador Elcio Álvares diante dos ministros da Agricultura e do Interior, de que não será reformada a estação rodoviária da praça Misael Pena traduz, com excepcional oportunidade, a magnitude do tema que assim elevado a nível ministerial passa a ganhar nova dimensão, além de se constituir em motivo de despreocupação de uma coletividade que mais e mais se mostrava apreensiva diante de recentes especulações em torno dos consertos cogitados por alguns setores.

Faz alguns meses, quando o assunto ganhou a preferência do noticiário local, registramos aqui mesmo neste espaço as restrições que, de toda ordem, podíamos fazer quanto à reforma da estação da praça Misael Pena. Mais recentemente, o chefe do Executivo foi taxativo quando se posicionou decididamente contra a obra,

por motivos que de todos são conhecidos, mas que não custa lembrar, para enfatizar ainda mais o acerto da determinação ora revigorada.

As dificuldades de movimentação de veículos e transeuntes no local são do domínio público. Apesar disto, a medida paliativa poderia aprofundar desejos protelatórios quanto à construção da nova rodoviária prevista em princípio para o aterro da Ilha do Príncipe. Ora, se de um lado poderiam ser gastos recursos valiosos em fundações desprezíveis, por outro, correria o risco o Estado e toda a população espírito-santense de ver procrastinada quase indefinidamente a implantação do novo terminal rodoviário, o que absolutamente não se harmoniza com os nossos anseios desenvolvimentistas.

Entendemos que empenhos oficiais sejam postos à disposição de pro-

jetos de visível interesse público. Não é outra, aliás, a intenção governamental, que tem dado provas contundentes de se confessar inteiramente voltado para essa faixa de cometimentos.

A evidência mais clara desses propósitos pode ser apontada em decisões como a tomada diante de ministros, dando a indisfarçável demonstração de que o Executivo capixaba está ciente e consciente de seus compromissos diante do atendimento das reivindicações mais legítimas da coletividade estadual.

Passado o episódio, será lícito supor que haverá mais tempo e mais empenho para decidir sobre outras questões magnas que ainda afligem, com a falta de solução, a comunidade espírito-santense, e merecedoras, como o veto ao conserto da rodoviária da praça Misael Pena, da definição incisiva e cabal do Poder Público.